

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

**CONSELHO REGIONAL DE
PSICOLOGIA – CRP/AL
PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E SALÁRIOS**
Elaborado conforme
diretrizes da **Resolução CFP
nº 001/2014**

Aprovado pela plenária do
CRP-AL na reunião ordinária
Nº 2ª, realizada em 24 DE
OUTUBRO DE 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 15ª REGIÃO – ALAGOAS

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS

Aprovado pela Plenária do Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região – Alagoas, na Reunião Ordinária nº 2ª, realizada em 24 DE OUTUBRO DE 2025, em conformidade com a Lei Federal nº 5.766/1971 e com a Resolução CFP nº 001/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

SUMÁRIO

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º ao Art. 6º Página 3

TÍTULO II – DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 7º ao Art. 14º Página 4

TÍTULO III – DA PROGRESSÃO

Art. 15º ao Art.17º Página 7

TÍTULO IV – DA TABELA SALARIAL

Art. 18º ao Art. 21º Página 9

TÍTULO V – DO ABONO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 23º ao Art. 23º Página 9

TÍTULO VI – DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO

Art. 24º ao Art. 25º Página 9

TÍTULO VII – DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 26º Página 10

TÍTULO VIII – DO REMANEJAMENTO

Art. 27º Página 10

TÍTULO IX – DA ADESAO E REGISTRO NA CTPS

Art. 28º ao Art. 31º Página 11

TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º ao Art. 35º Página 12

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS TÉC. ADMINISTRATIVO..... Página 15

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS PSI. ANALISTA TÉCNICO..... Página 16

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS..... Página 16

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS COORD. TÉCNICA..... Página 16

ANEXO II – ABONO POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO)..... Página 18

ANEXO III – PROGRESSÃO FUNCIONAL Página 17

ANEXO IV – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS CARREIRA..... Página 13

ANEXO V – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS COMISSIONADOS.....	Página 13
ANEXO VI – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS.....	Página 15
ANEXO VII – GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO	Página 17
ANEXO VIII – TABELA DE READEQUAÇÃO DAS NOMENCLATURAS DOS CARGOS....	Página 18

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I – Dos Objetivos

Art. 1º O presente Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, instituído pelo Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região – Alagoas (CRP-AL), estabelece normas gerais para a organização, o desenvolvimento e a gestão do quadro de pessoal da Autarquia, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º O PCCS tem por finalidade garantir a valorização dos servidores, a modernização da gestão de pessoas e a melhoria contínua dos serviços prestados pelo CRP-AL à sociedade.

Art. 3º São objetivos específicos deste Plano:

- I – Estruturar os cargos efetivos e comissionados no âmbito do CRP-AL;
- II – Definir critérios claros e objetivos para o desenvolvimento funcional e a progressão na carreira;
- III – Estabelecer tabelas de vencimentos e benefícios adicionais aos servidores;
- IV – Promover a eficiência e a eficácia na gestão administrativa do CRP-AL.

Capítulo II – Das Diretrizes

Art. 4º A implementação do PCCS do CRP-AL observará as seguintes diretrizes:

- I – Garantia da igualdade de oportunidades para os servidores no desenvolvimento da carreira;
- II – Valorização da experiência e da qualificação profissional;
- III – Adequação da estrutura de cargos às necessidades institucionais do CRP-AL;
- IV – Transparência e objetividade nos processos de gestão de pessoal.

Art. 5º O desenvolvimento funcional dos servidores será norteado pelos princípios da meritocracia, da antiguidade e da necessidade institucional, em consonância com o disposto neste Plano.

Art. 6º Caberá à Plenária do CRP-AL aprovar e acompanhar a implementação das medidas decorrentes deste PCCS, bem como deliberar sobre casos omissos não previstos no presente instrumento.

TÍTULO II – DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Capítulo I – Dos Cargos de Carreira

Art. 7º Os cargos de carreira do CRP-AL são aqueles providos mediante a realização de concurso público de provas e/ou de provas e títulos, realizado de acordo com a legislação vigente.

§1º Os cargos de carreira do CRP-AL são:

I - Técnico Administrativo;

II - Psicólogo Analista Técnico.

§2º As atribuições do cargo de Técnico Administrativo consistem em um conjunto de atividades administrativas e de suporte, requeridas para o funcionamento do CRP-AL.

I – A descrição detalhada das atribuições do cargo de Técnico Administrativo consta no Anexo IV.

II – Para admissão no cargo de Técnico Administrativo exige-se conclusão do ensino médio.

§3º As atribuições do cargo de Psicólogo Analista Técnico compreendem um conjunto de atividades de caráter técnico e especializado, requeridas para o funcionamento do CRP-AL.

I – A descrição detalhada das atribuições do cargo de Psicólogo Analista Técnico consta no Anexo IV.

II – Para admissão no cargo de Psicólogo Analista Técnico exige-se conclusão do ensino superior na área de atuação.

§4º A criação de novos cargos de carreira ocorrerá por exigência de implantação de novas atribuições e/ou de reorganização administrativa do CRP-AL, devendo ser aprovada pela Plenária e formalizada mediante alteração deste Plano.

Art. 8º A demissão de servidores ocupantes de cargos de carreira somente poderá ocorrer após a conclusão de processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.

Capítulo II – Dos Cargos em Comissão

Art. 9º Os cargos em comissão do CRP-AL são de livre nomeação e exoneração, destinados ao exercício de funções de direção, chefia e assessoramento no âmbito da estrutura organizacional da Autarquia.

§1º Os cargos em comissão destinam-se ao atendimento de funções de confiança e são providos exclusivamente por ato da Plenária do CRP-AL, mediante designação.

§2º A designação e a exoneração dos ocupantes dos cargos em comissão ocorrerão por meio de Portaria da Presidência do CRP-AL, nos termos do regimento interno.

§3º A exoneração do ocupante de cargo em comissão poderá ser realizada a qualquer tempo, a critério da administração, sem que isso gere direito à indenização ou à incorporação de vantagens decorrentes do exercício da função.

Art. 10º Os cargos em comissão existentes no Quadro de Pessoal do CRP-AL são:

- I – Coordenação Técnica – Apoio à Gestão/Psicólogo;
- II – Coordenação Técnica – Operacional e Financeira;
- III – Coordenação Técnica – Informática e Arrecadação;
- IV – Coordenação Técnica – CREPOP;
- V – Analista de Recursos Humanos.

§1º As atribuições e responsabilidades de cada cargo em comissão constam no Anexo V deste Plano.

§2º A criação ou extinção de cargos em comissão dependerá de aprovação da Plenária do CRP-AL e será formalizada mediante alteração deste Plano.

Art. 11 O exercício de cargo em comissão por servidor efetivo não altera a natureza do vínculo estatutário ou celetista, permanecendo aplicáveis todas as regras e direitos inerentes ao cargo efetivo.

Art. 12 O servidor efetivo designado para o exercício de cargo em comissão receberá a remuneração correspondente ao cargo comissionado, mantidos os direitos e vantagens do cargo efetivo que sejam legalmente acumuláveis.

§1º O servidor ocupante de cargo efetivo que exerça cargo em comissão terá suspenso o recebimento do vencimento básico do cargo efetivo, salvo quanto aos adicionais por tempo de

serviço (quinquênios) e vantagens pessoais adquiridas, que permanecerão incorporados à remuneração enquanto durar a designação.

§2º O ocupante exclusivamente de cargo em comissão receberá a remuneração correspondente ao cargo enquanto permanecer no exercício da função, sem direito à incorporação de vantagens após a exoneração.

§3º O valor da remuneração dos cargos em comissão encontra-se estabelecido nas tabelas constantes do Anexo I deste Plano.

Capítulo III – Das Funções Gratificadas

Art. 13 A Função Gratificada configura-se como as atribuições exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos, de natureza transitória, sob o critério de confiança, sendo de livre designação e dispensa pela Plenária do CRP-AL.

§1º As designações para o exercício de Função Gratificada, bem como suas dispensas, deverão ocorrer mediante Portaria da Presidência do CRP-AL.

§2º A quantidade de Funções Gratificadas será, no mínimo, de 40% (quarenta por cento) do número total de cargos comissionados, definidas na estrutura organizacional do CRP-AL.

I – A descrição das atribuições das Funções Gratificadas consta no Anexo IV deste Plano.

§3º O servidor ocupante de cargo efetivo, investido em Função Gratificada, poderá optar por uma das remunerações a seguir:

I – A remuneração da função gratificada, quando designado, conforme Anexo I deste Plano; ou

II – A remuneração do cargo efetivo que ocupa, acrescida da gratificação de função.

§4º É vedado ao ocupante de cargo comissionado exercer Função Gratificada.

§5º É vedado o acúmulo de mais de uma Função Gratificada pelo mesmo servidor.

§6º A gratificação de função, corresponderá ao percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) do vencimento básico do cargo efetivo ocupado pelo servidor.

§7º O Anexo I deste Plano demonstra a aplicação do disposto no §6º, indicando o valor da gratificação para as funções vigentes na data de sua publicação. Os valores serão automaticamente recalculados sempre que houver alteração no vencimento básico do servidor.

Art. 14º A qualquer tempo, o servidor poderá ser dispensado do exercício da Função Gratificada, mediante ato da Plenária do CRP-AL, sem que isso gere direito à incorporação da gratificação ao vencimento ou à percepção de qualquer indenização.

TÍTULO III – DA PROGRESSÃO

Art. 15 A progressão do servidor ocupante de cargo de carreira do CRP-AL ocorrerá a cada 2 (dois) anos, alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, assegurando um aumento de 4% (quatro por cento) no vencimento básico a cada progressão, correspondente à diferença percentual fixa entre os níveis subsequentes da tabela salarial.

Art. 16 A progressão por antiguidade dar-se-á pelo tempo de trabalho efetivo prestado ao CRP-AL, considerando-se o período de exercício ininterrupto no cargo.

Art. 17 O servidor fará jus à progressão por merecimento nos seguintes casos:

I – Realização de cursos livres de aperfeiçoamento profissional, totalizando no mínimo 120 (cento e vinte) horas/aula, com certificado ou diploma expedido no período de até 2 (dois) anos antes da data da progressão por mérito, desde que tenham relação direta com as atribuições do cargo no âmbito do CRP-AL.

II – Mediante avaliação de desempenho, na forma de regulamento próprio a ser submetido à Plenária, que estabelecerá critérios, indicadores objetivos, conceitos mínimos e a periodicidade para sua aplicação.

§1º O CRP-AL poderá oportunizar aos servidores a participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas/aula, desde que previamente aprovados pela Coordenação Técnica de Apoio a Gestão e pela Diretoria.

§2º Parágrafo único. O servidor somente poderá requerer progressão por mérito após completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício no cargo.

§3º O servidor durante a progressão por merecimento poderá requerer sua antecipação desde que comprove o preenchimento dos requisitos do artigo 17, inciso I. Esta antecipação não alterará o início do próximo prazo de progressão por antiguidade.

§4º A interrupção do contrato de trabalho não será considerada para efeitos de contagem de tempo para a progressão salarial, excetuando-se os casos previstos em Lei.

TÍTULO IV – DA TABELA SALARIAL

Art. 18 A tabela salarial do cargo de carreira do CRP-AL será composta por 18 (dezoito) níveis, conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Plano.

§1º O Anexo I apresenta a tabela salarial do cargo de Técnico Administrativo e Psicólogo Analista Técnico.

§2º O Anexo III apresenta os níveis do cargo de Técnico Administrativo e Psicólogo Analista Técnico.

Art. 19 A tabela salarial dos cargos comissionados e das Funções Gratificadas é constante no Anexo I deste Plano.

Art. 20 O reajuste da tabela salarial dos cargos de carreira, da tabela salarial dos cargos comissionados e dos valores das Funções Gratificadas ocorrerá mediante deliberação da Plenária do CRP-AL, observada a data-base definida para os servidores.

Parágrafo único. As alterações de valores nas tabelas dos cargos comissionados, não oriundas de acordo coletivo ou deliberação sobre a data-base, implicarão em ajuste proporcional nas tabelas dos cargos efetivos, de forma a garantir a isonomia interna.

Art. 21 Os servidores admitidos a partir da publicação deste Plano serão posicionados no nível 1 (um) da tabela salarial correspondente ao seu cargo.

TÍTULO V – DO ABONO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 22 O servidor ocupante de cargo de carreira do CRP-AL fará jus a um abono de 5% (cinco por cento) sobre o valor do salário-base a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício prestado à Autarquia.

§1º O abono será devido a partir do mês em que o servidor completar o quinquênio.

§2º O servidor que, no ato de implantação deste Plano, já satisfizer as condições previstas no caput deste artigo, fará jus ao recebimento do abono, conforme anexo III deste Plano.

I – Para fins de cálculo do abono por tempo de serviço, no ato de implantação, será considerada a soma dos percentuais de 5% (cinco por cento) para cada quinquênio completado, calculados sobre o salário-base de enquadramento ao PCCS.

Art. 23 O abono por tempo de serviço não será incorporado ao vencimento básico.

TÍTULO VI – DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO

Art. 24 A Gratificação por Qualificação corresponde à vantagem pecuniária concedida ao servidor de carreira que apresentar formação escolar formal superior à exigida para o cargo que ocupa.

I – Os valores correspondentes à Gratificação por Qualificação encontram-se no Anexo VII deste Plano.

Parágrafo único. Os servidores admitidos após a implantação deste PCCS somente farão jus à Gratificação por Qualificação após completarem 2 (dois) anos de efetivo exercício no CRP-AL.

Art. 25 A Gratificação por Qualificação não será incorporada ao vencimento básico do servidor, sendo vedada a sobreposição de gratificações por qualificação.

TÍTULO VII – DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 26 A jornada de trabalho dos servidores do CRP-AL deverá estar de acordo com a legislação vigente, respeitando-se, inclusive, legislações que regulam a jornada de trabalho de categorias profissionais específicas.

§1º A Plenária do CRP-AL poderá, a seu critério, editar Resoluções e Portarias sobre cumprimento de jornada de trabalho especial de categorias com carga horária específica, desde que respeitada a legislação em vigor.

§2º A extensão de jornada com contrapartida remuneratória poderá ser adotada, nos casos permitidos por lei, mediante opção individual do servidor, anuência sindical e demanda institucional.

TÍTULO VIII – DO REMANEJAMENTO

Art. 27 O servidor do CRP-AL poderá ser remanejado de área de trabalho, desde que o ato de mudança não implique alteração de cargo.

§1º Para realizar o remanejamento, a Diretoria do CRP-AL dará conhecimento aos servidores da necessidade de troca ou ocupação de vaga, oportunizando, preferencialmente, a manifestação de interesse dos servidores e a possibilidade de seleção interna.

§2º O remanejamento de área de trabalho não poderá implicar aumento de salários ou pagamento de vantagem pecuniária extraordinária.

§3º O remanejamento deverá ocorrer mediante:

- I – Existência de vaga em aberto;
- II – Compatibilidade entre as atribuições e a qualificação do servidor;
- III – Anuência das coordenações técnicas das áreas de origem e de destino;
- IV – Oficialização por meio de Portaria da Presidência do CRP-AL.

§4º As vagas existentes no CRP-AL deverão, preferencialmente, ser oportunizadas aos servidores de carreira.

TÍTULO IX – DA ADESAO E REGISTRO NA CTPS

Art. 28 Os atuais servidores do CRP-AL integrarão este PCCS mediante opção expressa, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste Plano, por meio da assinatura de termo de adesão, parte integrante deste instrumento.

§1º A adesão ao PCCS não gerará efeitos retroativos.

§2º Os servidores que não aderirem a este Plano terão mantidos todos os direitos e vantagens já percebidos, mas não farão jus às vantagens previstas no PCCS. Nesses casos, os cargos, quando vagos, serão extintos.

§3º As alterações nos padrões salariais e na nomenclatura dos cargos serão registradas na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do servidor optante pelo PCCS.

Art. 29 Para efeitos de enquadramento dos servidores efetivos nos níveis da tabela salarial, no ato de adesão, será adotado o critério de antiguidade, referente ao tempo de serviço prestado no cargo atual – Técnico Administrativo ou Psicólogo Analista Técnico – (Anexo III).

§1º A partir da implantação deste PCCS, as progressões nos níveis salariais ocorrerão na data de admissão de cada servidor, exceto aqueles que tem menos de 2 (dois) anos, esses serão pela data de adesão do PCCS.

§2º Os servidores cujos salários atuais estejam acima do previsto na tabela serão enquadrados no primeiro nível superior ao da sua posição atual.

§3º Para o enquadramento inicial, será contabilizado o tempo de exercício no cargo atual, considerando os anos completos até a data de publicação deste Plano.

§4º Os (as) servidores (as) efetivos (as) no nível 1 em exercício no CRP AL no ato da adesão do presente PCCS serão enquadrados (as) no nível 2 da tabela de vencimentos do cargo respectivo, respeitando o nível de escolaridade exigido para o cargo ocupado.

Art. 30 Para a adesão dos servidores de cargos efetivos ao PCCS, a Diretoria do CRP-AL deverá considerar a readequação das nomenclaturas dos cargos, conforme tabela constante no Anexo VIII.

Art. 31 Para a adesão e o enquadramento dos servidores ocupantes de cargos comissionados ao PCCS, os critérios serão definidos pela Plenária do CRP-AL, respeitadas as disposições legais e orçamentárias.

TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 As despesas decorrentes da execução deste Plano serão custeadas pelos recursos consignados nas dotações orçamentárias destinadas ao custeio de pessoal do CRP-AL.

Art. 33 A Diretoria do CRP-AL poderá conceder auxílio-moradia aos servidores ocupantes de cargos comissionados, advindos de outros Estados, nos termos da legislação vigente.

Art. 34 Acréscimos, alterações e reformulações deste Plano de Cargos, Carreiras e Salários deverão ocorrer mediante constituição de comissão, eleita entre os servidores do CRP-AL, diferente do processo de construção do presente Plano, e deverão ser apresentadas pela Diretoria e deliberadas pela Plenária do CRP-AL.

Art. 35 Os casos omissos serão deliberados pela Diretoria do CRP-AL, observada a legislação aplicável.

Maceió, (data de aprovação da plenária).

Manoel Vieira de Carvalho Alencar
Conselheiro Presidente – CRP-15/2121

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS – DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Função Gratificada	Salário Total (R\$)	Percentual da Gratificação (Art. 13, §6º)
Assessor de Contas a Pagar	5.309,34	50%
Gerente de Compras, Contratação de Serviços e Negociação e Gestão de Subsede	3.984,43	40%
Assessor de Negociação e Gestão de Subsede	2.966,74	40%

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS – TÉCNICO ADMINISTRATIVO

TABELA	
Técnico Administrativo	
Nível	Salário Base
1	R\$ 2.119,10
2	R\$ 2.204,86
3	R\$ 2.293,05
4	R\$ 2.384,77
5	R\$ 2.480,16
6	R\$ 2.579,36
7	R\$ 2.682,53
8	R\$ 2.789,83
9	R\$ 2.901,42
10	R\$ 3.017,48
11	R\$ 3.138,18
12	R\$ 3.263,71
13	R\$ 3.394,26
14	R\$ 3.530,03
15	R\$ 3.671,23
16	R\$ 3.818,08
17	R\$ 3.970,80
18	R\$ 4.129,63

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS – PSICÓLOGO ANALISTA TÉCNICO

Nível	Analista Técnico – Fiscal
1	R\$ 4.988,25
2	R\$ 5.187,78
3	R\$ 5.395,29
4	R\$ 5.611,10
5	R\$ 5.835,55
6	R\$ 6.068,97
7	R\$ 6.311,73
8	R\$ 6.564,20
9	R\$ 6.826,76
10	R\$ 7.099,84
11	R\$ 7.383,83
12	R\$ 7.679,18
13	R\$ 7.986,35
14	R\$ 8.305,80
15	R\$ 8.638,04
16	R\$ 8.983,56
17	R\$ 9.342,90
18	R\$ 9.716,61

ANEXO I – TABELA DE VENCIMENTOS – COORDENAÇÃO TÉCNICA

Cargo	Salário
Coordenação Técnica – Apoio à Gestão do CRP15 - Psicólogo	R\$ 6.818,22
Coordenação Técnica – Operacional e Financeira	R\$ 6.818,38
Coordenação Técnica – Informática e Arrecadação	R\$ 6.818,38
Analista Técnico – CREPOP	R\$ 5.855,16
Analista de Recursos Humanos	R\$ 2.500,00

ANEXO II – ABONO POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO)

Tabela de Percentual de Abono por Tempo de Serviço

Tempo de Serviço no CRP/AL	Percentual de Abono
Até 4 anos e 11 meses	0%
De 5 a 9 anos e 11 meses	5%
De 10 a 14 anos e 11 meses	10%
De 15 a 19 anos e 11 meses	15%
De 20 a 24 anos e 11 meses	20%
De 25 a 29 anos e 11 meses	25%
De 30 a 34 anos e 11 meses	30%
35 anos ou mais	35%

ANEXO III – PROGRESSÃO FUNCIONAL

Quadro de Referência – Enquadramento de Adesão:

Tempo de Serviço no CRP/AL	Nível de Progressão
0 a 2 anos	Nível 1
2 a 4 anos	Nível 2
4 a 6 anos	Nível 3
6 a 8 anos	Nível 4
8 a 10 anos	Nível 5
10 a 12 anos	Nível 6
12 a 14 anos	Nível 7
14 a 16 anos	Nível 8
16 a 18 anos	Nível 9
18 a 20 anos	Nível 10
20 a 22 anos	Nível 11
22 a 24 anos	Nível 12
24 a 26 anos	Nível 13
26 a 28 anos	Nível 14
28 a 30 anos	Nível 15
30 a 32 anos	Nível 16
32 a 34 anos	Nível 17
Acima de 34 anos	Nível 18

ANEXO IV – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS DE CARREIRA

Cargo	Descrição
Técnico Administrativo CBO -	Executar atividades administrativas e operacionais de apoio aos diversos setores do CRP/AL, incluindo atendimento ao público interno e externo, recepção e conferência de documentos, organização e atualização de arquivos físicos e digitais, emissão de certidões e documentos institucionais, controle e tramitação de processos administrativos, e alimentação de sistemas informatizados. Atuar no suporte às rotinas de arrecadação, registro profissional, protocolo e logística de eventos, conforme procedimentos e normativas internas e demais atividades descritas no edital, sob supervisão das Coordenações Técnicas, exigindo-se escolaridade de nível médio.
Psicólogo Analista Técnico CBO-	Execução de atividades de fiscalização do exercício profissional da Psicologia, incluindo planejamento e realização de visitas fiscalizatórias, elaboração de pareceres técnicos, emissão de autos de infração, análise de denúncias, produção de relatórios e ações de orientação aos profissionais da área, condução de processos éticos e disciplinares e demais atividades descritas no edital. Exige-se escolaridade de nível superior em Psicologia, com registro ativo no CRP.

ANEXO V – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Descrição
Coordenação Técnica – Apoio à Gestão/Psicólogo CBO -	Coordenar os setores administrativos e operacionais do CRP/AL, assegurando a execução das atividades de gestão de pessoas, materiais, serviços, arrecadação, cadastro profissional, comunicação interna e planejamento institucional. Acompanhar a execução orçamentária, apoiar a Diretoria na implementação das deliberações da Plenária e da Diretoria, supervisionar rotinas administrativas e o cumprimento das normas internas e legais, e demais atividades descritas na portaria.

Coordenação Técnica –
Operacional e Financeira
CBO -

Coordenar e supervisionar as atividades financeiras, orçamentárias e operacionais do CRP/AL, assegurando a execução das rotinas de contas a pagar e a receber, controle de fluxo de caixa, acompanhamento da execução orçamentária e elaboração de relatórios financeiros. Atuar no planejamento, controle e acompanhamento de contratos, serviços terceirizados e processos de compras. Supervisionar os processos de emissão de boletos, gestão de inadimplência, negociação de débitos e realização de cobranças, bem como a conciliação bancária dos pagamentos efetuados pelos profissionais registrados. Garantir o cumprimento das normativas contábeis, financeiras e legais, apoiando a Diretoria e a Plenária nas deliberações relativas à gestão financeira e administrativa, e demais atividades descritas na portaria.

Coordenação Técnica –
Informática e Arrecadação
CBO -

Coordenar os serviços de tecnologia da informação do CRP/AL, garantindo a segurança, o funcionamento e a atualização dos sistemas institucionais, da infraestrutura tecnológica e do banco de dados. Supervisionar a manutenção de redes, servidores e equipamentos, assegurando suporte técnico aos usuários internos. Realizar o controle e a conferência dos arquivos de arrecadação, incluindo pagamentos por cartão de crédito e demais formas eletrônicas, assegurando a correta integração entre os sistemas financeiros e bancários. Apoiar a Diretoria na implementação de soluções tecnológicas e na gestão da informação institucional, e demais atividades descritas na portaria.

Coordenação Técnica –
CREPOP
CBO -

Coordenar a execução das ações relacionadas ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP no âmbito do CRP/AL, incluindo a produção, sistematização e divulgação de informações técnicas sobre a atuação da Psicologia nas políticas públicas. Supervisionar pesquisas, levantamentos, eventos técnicos e a articulação com profissionais e entidades parceiras, garantindo a implementação das diretrizes nacionais do CREPOP, e demais atividades descritas na portaria.

Analista de Recursos
Humanos
CBO -

Executar as ações relacionadas à gestão de pessoas no âmbito do CRP/AL, com foco na organização de processos administrativos de pessoal, controle de frequência, apoio à folha de pagamento, gestão de eventos e suporte à Diretoria em atividades relacionadas à área de Recursos Humanos. Monitorar o desempenho funcional da equipe interna e prestadores de serviço, acompanhar a efetivação do planejamento estratégico, articular parcerias institucionais para benefícios e contribuir com relatórios e informações gerenciais. Atuar de forma integrada com os demais setores do Conselho, respeitando as diretrizes da Plenária e da Diretoria, e garantindo a execução de atividades técnico-administrativas voltadas ao desenvolvimento institucional, e demais atividades descritas na portaria.

ANEXO VI – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Função Gratificada	Descrição
---------------------------	------------------

Assessor de Contas a Pagar	Gerenciar as rotinas de contas a pagar, assegurando o correto processamento das obrigações financeiras, análise de relatórios e cumprimento de prazos, e demais atividades descritas na portaria.
Gerente de Compras, Contratação de Serviços e Negociação e Gestão de Subsede	Coordenar os processos de compras e contratação de serviços, negociar com fornecedores e gerenciar a subsede, garantindo suporte administrativo e operacional, e demais atividades descritas na portaria.
Assessor de Negociação e Subsede	Apoiar a negociação e gestão da subsede, auxiliando na execução das atividades administrativas e operacionais, em suporte às ações do Supervisor, e demais atividades descritas na portaria.

ANEXO VII – GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO (Percentuais)

Qualificação	Percentual sobre o Salário-Base
Conclusão de Curso de Nível Superior (quando o cargo exigir apenas Ensino Médio)	2%
Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização – mínimo 360h)	4%
Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado	6%
Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado	8%

ANEXO VIII – TABELA DE READEQUAÇÃO DAS NOMENCLATURAS DOS CARGOS

Cargo Atual	Nova Nomenclatura (PCCS)
Auxiliar Administrativo	Técnico Administrativo
Assistente Administrativo I	Técnico Administrativo
Assistente Administrativo II	Técnico Administrativo
Psicólogo Agente Fiscal	Psicólogo Analista Técnico
Auxiliar de Serviços Gerais (Faxineira)	Extinção quando vago